

# RESUMO EXPANDIDO

**Categoria**

Exposição de Painel

## **DISCURSO JURÍDICO-AMBIENTAL QUANTO ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL. NECESSIDADE DE EFETIVAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Eumar Evangelista de Menezes Júnior (UniEVANGÉLICA); Karla de Souza Oliveira (UniEVANGÉLICA); Carlos Henrique Conde Silva (UniEVANGÉLICA)

O presente artigo tem por escopo fomentar um discurso multidisciplinar quanto às ações de proteção das Áreas de Preservação Permanente – APP's e de Reserva Legal - RL. Para tanto, foram utilizados os métodos dedutivo e observacional, por meio de pesquisas bibliográficas com destaque para a Lei 12.651 de 2012, bem como para a Constituição Federal de 1988. Diante da análise das referidas normativas e outras concernentes a proteção ambiental, verifica-se a suma importância de sua efetivação de modo que, ao mesmo tempo, seja possível o desenvolvimento socioeconômico e manutenção da biodiversidade.

**Palavras Chave:** Áreas de Proteção; Direito Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; APP e RI

### **Referências:**

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 13.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

# RESUMO EXPANDIDO

BLANCK, Wellington de Oliveira; NUNES, Carlyle. Monitoramento Ambiental na Pedreira Anápolis. 2010. Disponível em: <<http://www.pedreiraanapolis.com.br/?pedreira=ver-destaque&d=2>>. Acesso em: 09 fev. 2014

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> . Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 set. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)>. Acesso em: 19 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.511 de 7 de julho de 1986. Altera dispositivos da lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 jul. 1986. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103346/lei-7511-86>>. Acesso em: 03 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938 de Lei Nº 6.938, de 31 de agosto se 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605 de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de lei de crimes ambientais, condutas e atividade lesivas ao meio ambiente (Lei dos Crimes Ambientais). Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)> Acesso em: 10 set 2016

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 48. ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.803 de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e Lei 7.511, de 7 de julho de 1986. Brasília, DF, 20 jul. 1989. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7803.htm)>. Acesso em: 03 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754 de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67 de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012.

# RESUMO EXPANDIDO

CONRAD, Deizi Maronez. Código Florestal: Entenda Como Está A Nossa Legislação. Mar. 2012. Disponível em: <[http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfl\\_EAI/trabalho-pronto](http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfl_EAI/trabalho-pronto)>. Acesso em: 16 jan. 2014.

FARIA, Caroline. Reserva Legal. 2013. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/meio-ambiente/reserva-legal/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

FARIA, Caroline. Regularização de Terras – Novos serviços. 2014. Disponível em: <<http://vicedoempreendimentos.blogspot.com.br/2014/01/regularizacao-de-terras-novos-servicos.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

INPA. Código Florestal Comentado. 02 nov. 2011. Disponível em: <[https://www.inpa.gov.br/arquivos/CODIGO\\_FLORESTAL\\_COMENTADO.pdf](https://www.inpa.gov.br/arquivos/CODIGO_FLORESTAL_COMENTADO.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Reserva Legal. 2013. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/florestas/reserva-legal>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

FELICIO, Bruna da Cunha. Evolução temporal da legislação ambiental e urbanística das áreas de preservação permanente – APPs. 2004. Disponível em: <<http://ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/congressos-e-seminarios/amazonas-2004/113.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

JOANINI, Marina de Azevedo; RUSCHEL, Caroline Vieira. A reserva legal no projeto do novo código florestal brasileiro: a integração das áreas de preservação permanente. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Políticas da UniVALI, v. 2, n. 1, p. 378-395, jan./jun. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas de Preservação Permanente Urbanas. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/%C3%A1reas-de-prote%C3%A7%C3%A3o-permanente>>. Acesso em: 16 out. 2013.

SENADO. Cursos d'água e áreas altas têm que ser preservados. Em discussão – Revista de audiências públicas do Senado Federal. ano 2, n. 9, p. 55-57. dez. 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente.aspx>>. Acesso em: 16 out. 2013.